



ANTÔNIO CARLOS: aval para a emenda do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que limita gastos

Emenda do PFL extingue tribunais

Justiça do Trabalho está na mira: 'Vamos acabar com ela', diz ACM

João Domingos

• BRASÍLIA. O PFL está elaborando emenda constitucional que acaba com a Justiça do Trabalho e outros tribunais considerados supérfluos. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que vê com muita alegria a iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) de o interpelar no Supremo Tribunal Federal (STF), para que confirme as acusações ao Judiciário.

— Vou fazer prova daquilo que digo (emprego de parentes de juízes). Já tenho bastante coisa, mas estou juntando mais material — disse.

Na interpelação, a AMB pretende perguntar a Antônio Carlos se disse ou não que há corrupção no Judiciário. Se ele confirmar que disse, então os magistrados pretendem processá-lo.

Senador diz que não passa problemas para FH

Antônio Carlos disse que recebeu mais de 600 mensagens apoiando a extinção da Justiça do Trabalho. Afirmou ainda que não conversou sobre o assunto com o presidente Fernando Henrique:

— Meus problemas vão ficar comigo. O presidente é que pode passar os problemas dele para mim. Não passo os meus para ele.

Segundo Antônio Carlos, a iniciativa de acabar com a Justiça do Trabalho é trabalhosa:

— Vamos acabar com ela, se for possível — afirmou.

Na mesma emenda, adiantou, deverá ser previsto o fechamento de órgãos do Governo que só representam ganância.

Antônio Carlos disse que ainda este mês pretende dar início à tramitação dos projetos sobre as reformas política e tributária. Ele criticou a Câmara, mais uma vez, pela demora de votar propostas que

já passaram pelo Senado, entre elas o novo Código Civil, a emenda que regulamenta a edição de MPs e a que cria o efeito vinculante no Judiciário (pelo qual a Justiça de primeira instância não poderá tomar decisão contrária à do STF).

Para Antônio Carlos, a Câmara deveria decidir logo o destino dos projetos que já passaram pelo Senado e por lá encalharam. Até mesmo para fazer modificações, porque, nesse caso, voltariam ao Senado e seriam votados rapidamente, afirmou.

Conflito começou na reabertura do Congresso

Conhecido por suas críticas contundentes, que não costumam enxergar cargos nem filiações partidárias, Antônio Carlos foi duro com o Governo, mas ainda mais com o Judiciário, ao presidir a sessão de reabertura dos trabalhos do Congresso, no dia 22. Além de alertar para os prejuízos do acordo com o FMI à soberania e cobrar rigor no controle dos gastos, pregou a extinção de tribunais superiores (cíveis e militares), que, na sua avaliação, hoje só atrapalham. As críticas serviram como luva aos tribunais trabalhistas e militares nos estados.

Embora tenham contado com o apoio, ao menos parcial, do presidente do Supremo, Celso de Mello, os ataques de Antônio Carlos indignaram o Tribunal Superior do Trabalho, dando início a um bate-boca pelos jornais. O ministro mais antigo do TST, Ermes Pedrassani, tirou a toga em plenário e pediu a aposentadoria em protesto. Em seguida, o próprio vice-presidente do TST, Almir Pazzianotto, reagiu perguntando para onde mandaria os dois milhões de processos em andamento. A resposta de Antônio Carlos veio de imediato:

— Se ele mandar para nós, vamos fazer com que andem com mais rapidez e mais seriedade.